



NOTA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Universo Espírito Santo

Ao abrigo do disposto no art.º 86.º, n.º 13, alínea b) do Código de Processo Penal, a Procuradoria-Geral da República esclarece que:

Por despacho de 3 de janeiro de 2019, foi decidido pelo anterior Diretor do DCIAP fixar como prazo necessário para concluir o inquérito o dia 8 de julho de 2019, considerando no essencial que os *“elementos em falta relativamente à devolução das cartas rogatórias, nomeadamente da Suíça (...), mostravam-se imprescindíveis à apreciação objetiva e subjetiva da factualidade a que respeitavam”*; tinham sido efetuados novos pedidos de cooperação internacional; havia *“um acervo muito grande de traduções a realizar e que estava em curso”* e *“um número significativo de audições a realizar — algumas no estrangeiro (...) — bem como o interrogatório dos visados pelos factos em investigação”*.

Por despacho de 8 de julho de 2019, o atual Diretor do DCIAP, na consideração de ser essencial, para que o inquérito cumpra a sua finalidade de descoberta da verdade, a recolha de todos os elementos de prova indispensáveis a permitir concluir pela ocorrência ou não dos factos objeto do mesmo, entendeu que tal ainda não se verifica no atual estado da investigação do designado processo “Universo Espírito Santo”.

Entendeu ainda que, não obstante as diligências adequadas para esse efeito já se encontrarem há muito em execução, os seus resultados, ainda que na maioria já obtidos, o não estão na totalidade, atendendo designadamente ao facto de tal depender de cooperação judiciária internacional não integralmente satisfeita, pese embora as persistentes iniciativas desenvolvidas pelos magistrados titulares do inquérito.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
GABINETE DE IMPRENSA

Neste contexto, o diretor do DCIAP decidiu, ao abrigo do disposto na última parte do n.º 7 do artigo 276.º do CPP, fixar *“o prazo de três meses, contados a partir da devolução dos elementos probatórios em poder das autoridades suíças e apreendidos à ordem dos autos”*, para a conclusão do inquérito.

Lisboa, 8 de julho de 2019

O Gabinete de Imprensa